

HABEAS CORPUS Nº 547.732 - AC (2019/0352805-5)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : FRANCISCO SILVANO RODRIGUES SANTIAGO E OUTRO
ADVOGADOS : FRANCISCO SILVANO RODRIGUES SANTIAGO - AC000777
IGOR BARDALLES REBOUÇAS - AC005389
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : ANTONIO RAFAEL COSTA EVANGELISTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em benefício de ANTONIO RAFAEL COSTA EVANGELISTA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Acre que, julgando recurso em sentido estrito, mandou expedir mandado de prisão em desfavor do ora paciente.

Noticiam os autos que o acusado, após ser preso em flagrante em 1º/11/2018, teve a prisão convertida em preventiva no mesmo dia. Todavia, na audiência de apresentação, realizada em 8/11/2018, o Juiz processante concedeu a liberdade provisória, mediante a imposição de medidas cautelares.

Consta, ainda, que, contra o deferimento da liberdade foi interposto recurso em sentido estrito, que foi provido em 21/2/2019, determinando a Corte de origem a expedição do mandado de prisão. O recurso especial apresentado pela defesa não logrou êxito, transitando em julgado a decisão em 13/8/2019.

Encerrada a instrução criminal, foi proferida sentença (22/10/2019) condenando o ora paciente ao cumprimento de 7 anos e 9 meses de reclusão mais 1 ano, 1 mês e 15 dias de detenção, em regime inicial fechado, e 939 dias-multa, como incurso nos arts. 33, *caput*, da Lei n.11.343/2006 e 12 da Lei n. 10.826/2003, mantida a prisão preventiva, nos seguintes termos:

"Nego ao réu o direito de recorrer em liberdade, em cumprimento aos termos da decisão proferida no RE nº 1.823.749/AC (pp. 233/249) que ratificou o Acórdão de nº 28.077 da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Acre (pp. 216/228)" (e-STJ fl. 303).

A prisão se efetivou em 30/10/2019.

Contra a condenação foi interposto recurso de apelação, ainda não apreciado.

Nesta via, o impetrante, inconformado com a custódia processual, sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal derivado da ausência de fundamentação idônea do decreto preventivo, uma vez que o acusado teria respondido à ação penal em liberdade e nenhum fato novo teria ocorrido.

Requer por isso, liminarmente, a concessão da ordem para revogar a segregação ou substituí-la por cautelares mais brandas.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Não bastasse, da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que:

"[...]

Também não há dúvida quanto à presença do periculum libertatis, que comprova a existência de fator de risco que justifica a manutenção da segregação cautelar. Consta no Sistema de Automação da Justiça, Ações Penais e inquéritos policiais instaurados contra o recorrido.

[...]

'(...)

Para fins cautelares, são aceitos como válidos os registros em folha de antecedentes penais ainda não definitivamente convolados em sentenças condenatórias, porquanto se, de um lado, não servem para elevar a pena, permitem ao juiz da causa, por outro lado, avaliar se a prisão do acusado ou investigado é necessária para preservar a ordem pública, ante a perspectiva de cometimento de novos crimes pelo agente'.

Como disse, o recorrido já foi denunciado em outras Ações Penais e tem contra si instaurados outros inquéritos policiais. Na data da sua prisão em flagrante, ele estava acompanhado de uma adolescente de dezesseis anos de idade.

O recorrido cumpre pena nos autos n.º 0001345-37.2018.8.01.0011. Consta na página 42 dos referidos autos, Parecer do Ministério Público, manifestando-se pela regressão do regime de pena imposto ao recorrente, em decorrência da prática de falta grave.

A diversidade da drogas encontradas no interior da sua residência - maconha e cocaína -, aliada aos petrechos apreendidos - balança de precisão, tesoura, linha, munições, embalagens para droga -, são indícios de que ele possui como atividade o tráfico de substância entorpecente.

Superior Tribunal de Justiça

Consta também que ele possuía quarenta munições de uso permitido, no interior de sua residência. Além disso, os indícios também apontam para a participação de adolescente na prática dos crimes, sendo plenamente justificável a segregação cautelar do recorrido.

[...]

Na hipótese dos autos, o paciente tinha prisão preventiva decretada, por ocasião da Sentença condenatória. Portanto, correta a Decisão do Juiz singular que manteve a custódia cautelar e lhe negou o direito de recorrer em liberdade" (e-STJ fls. 35-36 e 40, grifou-se).

Da leitura de tais argumentos não exsurtem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefer-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator